
MEMÓRIA HISTÓRICA A PARTIR DOS ESCRITOS AFRICANISTAS DE DOM JOSÉ MARIA PIRES

Mainara Duarte Eulálio¹
(mainaraduarte@hotmail.com)
Universidade Estadual da Paraíba

A intenção de se estudar as produções dos intelectuais negros, em especial, os escritos de Dom José Maria Pires, a partir de suas inserções nos saberes históricos sobre a negritude, a busca pela identidade negra e a memória do povo afro-brasileiro, mostra viável a contribuição para as pesquisas sobre os estudos africanistas e para formação da historiografia da África contemporânea e da cultura afro-brasileira.

Com essa pretensão, estamos fazendo um estudo em processo de conclusão das análises dos escritos africanistas de Dom José Maria Pires entre o período de 1978 a 1995. Portanto, o presente artigo não poderá abranger todos os documentos desse período, mas sim, expor algumas análises críticas dos discursos africanistas desse bispo negro frente às questões étnico-raciais.

O que nos chamou a atenção para pesquisar sobre seus escritos, em especial os africanistas, foi a pouca existência de trabalhos historiográficos envolvendo a análise temática das questões étnico-raciais na obra desse intelectual negro e, pela importância que foram seus escritos para o Brasil e, principalmente, para Paraíba durante os anos de abertura política.

Diante dessa questão, os escritos africanistas analisados nesta pesquisa, focam os temas sobre o preconceito racial, a negritude, a cultura afro-brasileira e a afirmação da identidade nacional, inseridos no sistema socioeconômico e na política ditatorial do Brasil, na década 1980. Suas produções destacam também, a necessidade de agentes políticos e sociais deslocarem-se “do centro para a margem”², para assim, conhecer a realidade dos que estão excluídos da sociedade. Como é o caso dos que sofrem preconceito racial, os sem terra e sem teto, os pobres, os operários, os desempregados, entre tantos outros.

Dessa forma, o presente trabalho tem a pretensão de pesquisar as contribuições de dois dos escritos deste bispo negro sobre as relações étnico-raciais no Brasil na década de 1980. A partir disso, identificar a memória individual e coletiva presente nos escritos africanistas relacionados à identidade negra de Dom José Maria Pires. Para daí entender os pressupostos que o levaram a lutar pelas questões raciais, e quais foram os meios utilizados para expandir a Teologia da Libertação juntamente com as questões étnico-raciais presente nesse período.

Para Maurice Halbwachs (2004), a memória individual está ligada a memória coletiva, tendo em vista que as lembranças são constituídas no interior de um grupo. Ou seja, a origem de várias idéias, reflexões, sentimentos que atribuímos a nós são, na realidade, inspiradas pelo grupo. A memória individual, construída a partir das referências e lembranças próprias do grupo, refere-se, portanto, a “um ponto de vista sobre a memória coletiva. Olhar este, que deve sempre ser analisado considerando-se o lugar ocupado pelo sujeito no interior do grupo e das relações mantidas com outros meios” (HALBWACHS, 2004, p. 55).

No caso da população negra representada nos escritos africanistas de Dom José Maria Pires e pela sua pessoa, podemos identificar os valores, costumes e uma identidade da cultura afro-brasileira presente não só na memória individual do bispo negro como também na população negra que se identificam com as questões étnico-raciais. Como, por exemplo, destacada na fala do bispo a qual remete aos antepassados negros escravizados, que “violentaram-lhes a consciência, impuseram-lhes uma religião que não escolheram. Até o nome lhes roubaram e os chamaram por nomes destituídos de significado para eles”³.

Nesse sentido, para além da formação da memória podemos criar representações do passado assentadas na percepção de outras pessoas, no que imaginamos ter acontecido ou pela internalização de representações de uma memória histórica. Como é o caso da herança cultural deixada pelos negros escravizados aos seus descendentes que buscam a sua identidade através da afirmação da negritude. Entretanto, essa lembrança, em larga medida, é uma reconstrução do passado com ajuda de dados emprestados do presente e que pode ser manifestada bastante alterada.

Para Halbwachs (2004), o emprego dessa memória coletiva e da memória histórica é formado por uma pluralidade de memórias, que torna base para formulação de uma identidade, que havendo continuidade ela é vista como característica marcante. No entanto, o autor acredita que essas lembranças seriam incorporadas pela história à medida que fossem deixando de existir ou na medida em que os grupos as sustentavam deixassem de existir.

Já para Pollack, as memórias marginalizadas no grupo da história tradicional abriram novas possibilidades no terreno fértil da História Oral. Não se trata de historicizar memórias que já deixaram de existir, e sim, trazer à superfície memórias “que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível” e que “afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados” (POLLAK, 1989, p. 3-15). Como aponta Pollack, esses sobressaltos das memórias marginalizadas entram no embate com a memória

oficial para firmar uma identidade pertencente a uma minoria marginalizada referente a historia tradicional.

Entretanto, memórias individuais e coletivas se alimentam e têm pontos de contato com a memória histórica e, tal como ela, são socialmente negociadas. Guardam informações relevantes para os sujeitos e têm, por função primordial garantir a coesão do grupo e o sentimento de pertinência entre seus membros. Abarcam períodos menores do que aqueles tratados pela história. Têm na oralidade o seu veículo privilegiado, porém não necessariamente exclusivo, de troca. Já a memória histórica tem no registro escrito um meio fundamental de preservação e comunicação. Memória individual, coletiva e histórica se interpenetram e se contaminam. É nesse ínterim, que através dos escritos africanistas posteriormente analisadas perceberemos as memórias individuais e coletivas vivendo num permanente embate pela co-existência e também pelo status de se constituírem como memória histórica.

A análise dos escritos africanistas de Dom José Maria Pires, valeu-se de ampla documentação encontrada no Arquivo Eclesiástico da Paraíba (AEPB). Entre 1965 a 1995, durante o período como Arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires registrou trinta e três escritos sobre o negro no Brasil. Estes tratavam de questões que dizem respeito à questão do negro na sociedade brasileira. No entanto, os escritos que serão analisados neste artigo correspondem ao prefácio “Afirmção da Negritude” para inserir no livro que reúne os trabalhos produzidos no II Encontro de Padres, Religiosos, Religiosas e Seminaristas Negros e a Homilia para missa dos Quilombos realizada em 1981 na cidade de Recife.

1. Situando os escritos africanistas

Os estudos empreendidos por Maurice Halbwachs contribuíram para a compreensão dos quadros sociais que compõem a memória. Para ele o indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo com a sociedade, seus grupos e instituições. É no contexto destas relações e através da conjuntura histórica do período que construímos as nossas lembranças e, na qual pautam as memórias individuais presentes nos escritos africanistas de Dom José Maria Pires.

A instituição católica sobreviveu e sobrevive até hoje, devido há várias mudanças internas e externas adaptadas às conjunturas políticas e sociais da época. É nesse sentido, que

a Igreja utiliza formas de estratégias que delineiam as transformações, não só no catolicismo, como também, na sociedade.

Nos três primeiros séculos da colonização do Brasil, o catolicismo estava ligado ao plano português de formação de uma única unidade. Com o advento da República, a instituição eclesiástica separa-se do Estado e, na metade do século XX, a Igreja popular surge com nova ideologia teológica⁴. Isso mostra o quanto à religião católica sofre adaptações ou mudanças para situar-se na conjuntura nacional.

Dentre essas mudanças ocorridas, a Teologia da Libertação marca a história do catolicismo brasileiro no final da década de 1950 e início dos anos 60, possibilitando o diálogo entre a religião e a sociedade com diversos pontos de convergência. Isso diferencia ao que aconteceu no início da Primeira República, onde o processo de romanização da Igreja católica voltou mais para organização interna da instituição, do que das ações políticas, econômicas e sociais ligadas à classe marginalizada do Brasil.

Com a romanização do catolicismo brasileiro, houve a contribuição para o esmagamento de culturas e religiões consideradas inferiores, principalmente, a cultura afro-brasileira, perseguida impiedosamente no século XIX. Isso mudou pouco, e lentamente, com a nova forma de ser Igreja desencadeada na década de 1960, no intuito de conquistar espaços para reflexão da condição socioeconômica dos negros e, a participação da instituição eclesiástica enquanto agente que respeita a diversidade, e valorizam a pluralidade cultural e étnica.

Não só com essa relação entre a Igreja popular e o povo oprimido que o negro brasileiro encontrou meios para lutar contra o racismo. Mas, também, a partir das crescentes mobilizações da década de 1960 que estiveram ligadas à construção de políticas referentes às questões específicas de cada grupo social. No caso do negro, a luta contra o racismo, deu início à formação da identidade nacional. Para Baptista (2002), foi com o aumento das mobilizações de grupos específicos nos anos 60, que houve a concepção para mobilizar a sociedade sobre as questões raciais. No entanto, isso só veio se intensificar na década de 1970, sob a conjuntura nacional de repúdio ao autoritarismo e, ao processo de reabertura política do país. “Os anos 70 vão marcar o momento em que vários segmentos minoritários da sociedade vão iniciar sua luta pelo reconhecimento das desigualdades sócio-econômicas e culturais, sobretudo no que diz respeito às populações afro-descendente e indígena” (BAPTISTA, 2002, p.32). Visto que esse discurso nasce com ideal democrático, onde as questões das desigualdades socioeconômicas estão entrelaçadas às desigualdades raciais.

Diante disso, o movimento contra o racismo encontra vários dilemas. Pois, na medida em que há dificuldades no engajamento da população afro-brasileira pela luta política, o processo histórico do cenário brasileiro esteve diluído pela ideologia do branqueamento e da identidade plural, que muitas vezes ocultou e, ainda oculta, os conflitos e, a desigualdade social e racial da sociedade.

As décadas de 1970 e 1980 se inseriram numa conjuntura nacional de contestação do autoritarismo e de abertura política vivenciada pela sociedade civil. Os anos de 1970 foram marcados pela mobilização de vários segmentos populares que deram início a luta contra as desigualdades socioeconômicas e culturais, sobretudo no que diz respeito às populações negras. Nesse período, a questão racial passou a ser o fator importante nos discursos dos movimentos sociais, e o conceito de “raça” teve um viés mais sócio-cultural do que biológico.

2. “Dom Zumbi”, a nova Teologia e a memória coletiva

Para Halbwachs (2004) a memória coletiva tem importância na função de contribuir para o sentimento de pertinência a um grupo de passado comum (os excluídos da sociedade, sejam negros, pobres, desempregados, mulheres...), nesse caso os negros, que compartilham memórias. Ela garante o sentimento de identidade do indivíduo calcado numa memória compartilhada não só no campo histórico, do real, mas, sobretudo, no campo simbólico.

Nesse sentido, ao trabalhar a figura de Dom José Maria Pires como agente negro de transformação social, podemos perceber a abrangência de relações, manifestações, indagações e respostas indagadas nas memórias individuais e coletivas referente às questões políticas e sociais frente à conjuntura do Brasil nos anos da ditadura, principalmente, nas décadas de 1970 e 1980, e a atuação da Igreja popular sobre esses assuntos.

Isso resulta no processo contínuo e longo de seleção e filtragem de conhecimentos e experiências que integra a personalidade de Dom José Maria Pires num complexo de idéias e símbolos referentes não só a população negra, o qual faz parte, como todo grupo excluído da sociedade brasileira. No entanto, o bispo negro identifica-se e/ou respeita a cultura afro-brasileira, mas sua crença é numa religião de cultura européia. O que nos faz perceber que a luta pelas questões étnico-raciais de Dom José Maria Pires está além das questões religiosas, mas consciente, por lutar contra a desigualdade social presente na população brasileira, onde o negro, em sua maioria, está nas camadas menos favorecidas.

Dom José Maria Pires nasceu no ano de 1919 em Córregos, Minas Gerais. Sua formação foi construída no meio de padres e bispos brancos. Sendo bispo de Araçuaí de 1957 a 1964, e a partir de 1965, período de forte repressão militar nacional, foi ordenado como Arcebispo Emérito da Paraíba até o ano de 1995. Durante os trinta anos como Arcebispo da Paraíba, foi forte a presença de Dom José Maria Pires na luta pela afirmação da liberdade, da conquista sobre elementos diversos para o povo oprimido e, a busca de solidariedade e fraternidade nas relações humanas no Estado da Paraíba. Ele, também, participou do Concílio do Vaticano II, onde teve início à colaboração para formação da Igreja popular, integrou a Delegação Brasileira da Celam, de Medellín e de Santo Domingo, e representou a CNBB na Conferência Mundial das Religiões para a Paz em 1989 em Melbourne na Austrália.

Dom José Maria Pires, devido à sua postura progressista, foi criticado dentro e fora da Igreja. Ele foi um Arcebispo diferente, e seu apostolado em João Pessoa esteve circundado de simbolismo. Negro, Dom José ficou conhecido como “Dom Pelé”, depois ganhou o apelido de “Dom Zumbi”, por lutar pelas questões étnico-raciais e, com isso, simbolizar o líder da revolta do Quilombo dos Palmares. Ao lado de Dom Hélder Câmara, lutou por uma Igreja participativa, defendendo índios, negros, trabalhadores do campo, pobres, e respeitando as culturas adversas à religião católica, como a cultura africana.

Em entrevista concedida ao pesquisador Mauro Passos, Dom José Maria Pires mostra o momento em que firmou sua posição contra a violação dos direitos humanos.

O período de conversão foi a minha ida para o Nordeste. Os fatos que provocaram essa conversão aconteceram quando eu, ainda, estava em Araçuaí (MG). Foram dois: a realização do Concílio Vaticano II, que deu outra visão de Igreja. O Vaticano II criou um clima de maior participação – participação e comunhão. O outro fato que provocou essa conversão, no momento em que entrei na realidade do Nordeste, foi exatamente o Golpe de 1964, que atingiu profundamente os direitos humanos! E, já em Araçuaí, eu comecei a reagir diante dessas violações dos direitos humanos: prisão de pessoas, prisão de suspeitos, torturas. A primeira impressão que eu tive foi muito, eu diria, chocante! Por que eu deixei o Nordeste de Minas e fui para o Nordeste do Brasil. No Nordeste de Minas, praticamente não havia nenhuma organização de povo, os fazendeiros faziam o que bem entendiam. Havia começado o sindicato dos trabalhadores rurais, só estava começando. Enquanto no Nordeste já havia uma experiência política bastante forte do povo, das Ligas Camponesas, que foram muito massacradas pelos representantes da ditadura, mas que estavam no coração do povo.⁵

Essa declaração assinala o contexto que Dom José Maria Pires esteve inserido na vinda para a Paraíba, explicitando a intolerância política vigente no regime militar, a partir das torturas vivenciadas em Araçuaí. E, depois, pela efervescência das mobilizações no

campo, pelas Ligas Camponesas, que aproximou o bispo da realidade social do Nordeste brasileiro, em especial, a Paraíba, onde teve maior contato com a população desse Estado.

Sua chegada à Paraíba influenciou, de certa maneira, o novo olhar para os projetos da Igreja popular no Nordeste brasileiro. Seus escritos, pastorais e litúrgicos, dialogavam com a perspectiva de um mundo liberto da opressão política militar e repercutiam na sociedade como meio de luta necessário para a mudança desse governo. Desse modo, sua experiência de oposição foi relevante para o processo de conscientização política e de profetismo religioso.

Para Dom José Maria Pires, a luta pela causa dos excluídos na sociedade, era questão de respeito ao próximo e reconhecimento de seus direitos. Isso, ele afirma no discurso pronunciado em Governador Valadares, Minas Gerais. “Sou um homem comprometido com a causa dos pobres. Meu compromisso não é nem de dar esmolas nem de aconselhar resignação aos pobres: é de lutar para que seus direitos sejam reconhecidos e respeitados. Para mim, defender os direitos humanos significa defender os direitos do pobre” (PIRES, 1978, p.155).

Através da aproximação com a realidade da sociedade paraibana, “Dom Zumbi” estabeleceu o compromisso com a conscientização política e a fé cristã. Foi nesse viés que a Arquidiocese da Paraíba, se colocou a serviço da sociedade, principalmente, aos mais pobres e aos que sofriam com injustiças sociais.

Dessa forma, através da pessoa de Dom José Maria Pires, pode-se perceber a concretização da Teologia da Libertação e a visão do cristianismo centralizada no serviço, na vida dedicada ao outro, no engajamento e no diálogo com o processo histórico transformador.

3 - A missa negra.

Estamos chegando do fundo da terra,
estamos chegando do ventre da noite,
da carne do açoite nós somos,
vimos lembrar.
(Canto para missa dos Quilombos)

Esse canto é um grito de luta, liberdade e resistência do negro diante das atrocidades passada durante a historicidade brasileira. O canto finalizou o prefácio “Afirmação da Negritude”, texto datilografado para o livro que reúne os trabalhos produzidos no II Encontro de Padres, Religiosos, Religiosas e Seminaristas Negros que foi realizado em 29 e 30 de agosto de 1986 no Rio de Janeiro. O documento é formado por quatro laudas escritas em 14

de abril de 1987, contendo um conteúdo interessante para discussões referentes à formação das entidades negras tendo a Igreja na frente dessas questões.

Dom José Maria Pires inicia o texto provocando a autoridade eclesiástica ao citar o impedimento pela alta cúpula da Igreja, para realização do encontro na Arquidiocese do Rio de Janeiro, pedindo que o evento fosse deslocado para outra circunscrição eclesiástica, o que, na realidade, não foi feito. Ele acredita que esse acontecimento contribuiu para ocorrência de debates mais fervorosos, e da concretização das elaborações das conclusões aprovadas.

Como era um texto para encontro de religiosos, o Arcebispo da Paraíba não deixou de falar sobre as questões que fizeram a Igreja ser conivente a escravidão e ao mito da democracia racial.

Com relação aos trabalhos concretos patrocinados pela CNBB e sob a iniciativa de encontros realizados entre os agentes das pastorais do negro no Brasil, Dom José Maria Pires ressalva:

O resultado concreto desses encontros foi a criação de uma entidade denominada UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA. Imediatamente grupos da entidade foram surgindo e se organizando em diversos Estados do Brasil. Entrementes a CNBB continuava a estudar o problema do negro através de sua Linha Missionária que promovia encontros de reflexão para negros e brancos sobre esse tema com a assessoria de teólogos, biblistas e cientistas sociais⁶.

Essa entidade abriu portas aos negros que quisessem participar, independente da religião ou da política. O que determinava era a negritude, e exigia a fraternidade entre os negros, sem sectarismo e sem radicalização. Porém, segundo Dom José Maria Pires, o que faltou no grupo foi uma coesão que garantisse sua unidade.

Em seu texto, o Arcebispo da Paraíba, também faz destaque para o Quilombo Central de São Paulo. Diz que essa entidade é uma complementação da União e Consciência Negra, sem maiores exigências ou clima formal, que reúne os agentes da Pastoral do Negro da Arquidiocese de São Paulo, e lembra a importância da preocupação do cardeal de São Paulo em valorizar os agentes dessa pastoral.

Sua Eminência tem aberto espaço para as vocações sacerdotais de negros e conta com elevado número de seminaristas descendentes de africanos, tem ordenado vários sacerdotes negros: um deles exerce seu ministério na catedral; um outro padre negro é Diretor da Faculdade de Teologia. Dom Paulo Evaristo, mesmo sem nomeação, se fez nosso “Cardeal Protetor” como Dom Pedro Casaldáliga, um dos autores da Missa dos Quilombos, se tornou por esse e por muitos outros títulos, um “negro honorário”. Um e outro são, acima de tudo, nossos amigos!⁷

Para Dom José Maria Pires, a população negra tinha dado um passo enorme para frente, pois conseguiu formar entidades ligadas à Igreja, onde tiveram espaços para discutirem assuntos pertinentes ao Brasil contemporâneo da época, sem esquecer-se dos seus discursos, quando afirmava ser necessária a representação do negro em cargos altos da sociedade para mostrar a população que a cor da pele não interferia na capacidade do ser humano.

Após essa breve análise do documento, é interessante perceber a força que aponta a memória, por meio da escrita, como um objeto de luta para reivindicações de interesses próprios e coletivos que podem ser travada no embate entre classes, grupos e indivíduos. E como vimos, há interesse de Dom José Maria Pires em selecionar o que deve ser lembrado e também o que deve ser esquecido como mecanismos de controle e/ ou luta de um grupo sobre o outro. Nesse caso, o bispo negro optou por lembrar as formações das entidades negras dentro da Igreja católica que por muito tempo foi conivente ao sistema escravocrata no Brasil.

O outro documento corresponde à missa negra ocorrida em 22 de novembro de 1981 na cidade do Recife. Dom José Maria Pires datilografou e assinou na folha padronizada da Arquidiocese da Paraíba, cinco laudas do discurso para Homilia da missa dos Quilombos. Esse é um documento riquíssimo quando se trata da renovação da teologia com a causa negra. Para proferir seu pensamento sobre esse dia, começou tratando sobre a crueldade a qual o negro africano foi submetido no período da escravidão, enfatizando, a figura de Zumbi como líder da libertação dos escravos e oprimidos. Iniciou dizendo:

Estamos recolhendo hoje e aqui os frutos do sangue de Zumbi, símbolo da resistência de nossos antepassados. Eles foram trazidos à força da África para essas terras, arrancados de sua Pátria, separados de seu povo e de sua família, misturados com pretos e de outras línguas e de outros costumes. Violentaram-lhes a consciência, impuseram-lhes uma religião que não escolheram. Até o nome lhes roubaram e os chamaram por nomes destituídos de significado para eles⁸.

Dom José Maria Pires, apresentou nesse trecho, parte do contexto histórico em que o negro esteve inserido no período escravocrata, destacando a perda da identidade africana pelos negros escravizados e, a falta de humanização caracterizada por esse sistema de produção.

A iniciativa da realização dessa missa dos Quilombos trouxe suporte para mostrar a sociedade que frequentava a Igreja, em sua maioria, os de maior condição aquisitiva, à retomada da luta pela igualdade racial e o reconhecimento dos negros como parte da construção identitária do Brasil.

Durante a Homilia, como também no prefácio “Afirmção da negritude”, ele apontou para a convivência da Igreja e da população frente ao preconceito racial, “vêm nosso encontro como uma espécie de provocação ou uma demonstração de racismo que, segundo eles, não existe nem deve ser despertado entre nós, um gesto de conteúdo mais ideológico e político de que evangélico e religioso”⁹. Para Dom José Maria Pires, essa população preconceituosa fez parte da história que levou o negro ao ostracismo, e a falta, na época, de políticas públicas de inserção do negro na sociedade junto ao preconceito camuflado, dificultava e ainda dificulta o entendimento da população diante das manifestações culturais relacionadas ao afro-brasileiro.

Outro destaque durante a missa foi o alerta para população se orgulhar da cor preta, da cultura e da crença:

Pretos, meus irmãos! Como nossos antepassados, viemos de vários lugares. Diferentes deles e menos puros do que eles, trazemos na pele colorações variadas, alma, crenças diferentes. Mas neles e em nós estão presentes e são indelévels as marcas da negritude. Somos negros e não nos envergonhamos, não queremos nos envergonhar de sê-lo¹⁰.

Através desse alerta no seu discurso, o Arcebispo da Paraíba incentivava a população negra a se interessarem pela história de sua descendência africana e a tomarem consciência da importância da afirmação da negritude num país onde o racismo “escondido” torna mais presente na vida dessas pessoas.

Posteriormente, Dom José Maria Pires finaliza a Homilia envolvendo os fiéis na dificuldade de tentar conscientizar a população brasileira sobre a negritude presente na formação da sociedade, como, também, os negros brasileiros conhecerem sua identidade no país. É o que mostrou nesse discurso:

Está sendo longa a espera, meus irmãos. Da morte de Zumbi até nós são decorridos já quase três séculos. Mas a terra conservou o sangue de nossos mártires. Este sangue fala, clama e seu clamor começa a ser ouvido. Primeiro por nós negros que estamos recuperando nossa identidade e começando a nos orgulhar do que somos e do que foram nossos antepassados. A sociedade também escuta esse clamor. Muitos do seio dela nos apoiam e se colocam ao nosso lado para caminharmos juntos. A viagem é longa e penosa. Quase tudo está por fazer. O negro como negro continua marginalizado¹¹.

Nesse trecho da Homilia percebe a importância que Dom José Maria Pires dá as questões raciais, estimulando a sociedade a ouvir o clamor do reconhecimento da luta dos negros pelos direitos sociais, políticos e étnicos. Ele ressalta e cobra, também, a dívida que o Brasil tem com essa população, e que por meio da representatividade de Zumbi, os negros tomaram iniciativas de organizarem e formarem grupos de discussões que permitem a conscientização dessa causa.

Entretanto, através desse documento denominado “Homilia para missa dos Quilombos”, vimos que por meio da linguagem perpassa o caráter social da memória. As trocas entre os membros de um grupo e entre os grupos (negros da religião católica e negros da religião de matriz africana) se fazem por meio de linguagem. Lembrar e narrar se constituem da linguagem. Desse modo, a linguagem é o instrumento socializador da memória, pois reduz, unifica e aproxima no mesmo espaço histórico e cultural vivências tão diversas como o sonho as lembranças e as experiências recentes.

A referência simbólica que Dom José Maria Pires tem sobre a figura de Zumbi perante a sociedade negra, como homem guerreiro e herói, destaca como outro fator da importância simbólica para ser lembrada pelos descendentes afro-brasileiros escravizados ou não.

A missa negra reverenciando os afro-brasileiros e sua cultura retrata um pouco das “manifestações do catolicismo popular – com diferentes graus de presenças africanas – de forma que essas populações realizem práticas católicas com o apoio da Hierarquia da Igreja e, nas mesmas datas, e em alguns casos nos mesmos lugares, reverenciam as entidades das religiões africanas” (SILVA, 2008, p. 242).

É perceptível que isso foi uma das formas encontradas pelos negros para preservação de sua identidade étnica e de seus valores culturais, num processo de reelaboração simbólico-religiosa em que orixás e santos encontraram um espaço de coexistência dentro do terreiro ou não. Entretanto, isso não se deu de forma pacífica, as religiões e rituais de matriz africana ainda sofrem preconceitos quando buscam manifestar em espaços públicos, sobretudo quando se tentam adentrar à liturgia da Igreja Católica, como foi visto na análise da Homilia para missa dos Quilombos.

Diante dessas duas análises, é possível identificar a idéia de culturas presente não só na figura de Dom José Maria Pires, como também, nos seus escritos. Existe uma pluralidade que inclui a cultura da elite (os arcebispos, sacerdotes, instituição eclesiástica...), mas também a de outro grupo social (os afro-brasileiros), denotando as diferenças a respeito das etnias, nacionalidades e gerações. E foi “nessa complexidade de relações de significados, de forma diferenciada, é que surgiu a perspectiva multicultural” (MACHADO, 2002, p.31), que se faz presente nos escritos africanistas de Dom José Maria Pires.

Contudo, o pontapé tomado pela Igreja católica, principalmente pela Pastoral do Negro, foi extremamente pertinente e eficaz para o início da década de 1980. Pois a partir daí houve maior diálogo entre a instituição eclesiástica e entidades negras para discussão das questões do negro no Brasil, como também, o crescimento de mobilizações sociais voltadas para política de combate ao racismo.

Nesse sentido, é através dos escritos voltados para conscientização da sociedade brasileira sobre a questão racial, que Dom José Maria Pires tornou-se membro indispensável para formação da pastoral do negro e, também, como agente coadjuvante dessa temática na instituição eclesiástica brasileira, em especial, a instituição paraibana.

-
- ¹ Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba e aluna da especialização História e cultura afro-brasileira pela Universidade Estadual da Paraíba.
- ² Expressão usada no livro de Dom José Maria Pires que publica uma coletânea de conferências, discursos, artigos, depoimentos, sermões e cartas pastorais com diversos temas. Ver: PIRES, José Maria. *Do centro para a margem*. João Pessoa: Acauã, 1978.
- ³ AEPB. Fundo Chancelaria / Série: Documentação dos Bispos / Sub-série: Pronunciamentos / (C: f/5 (268) Arquivo pasta 24).
- ⁴ Sobre essa temática ver a Dissertação de Roberto Barros e a Tese de Lúcia de Fátima Guerra. DIAS, Roberto Barros. *Deus e a Pátria: Igreja e estado no processo de Romanização na Paraíba (1894-1930)*. 2008. 207 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. *Igreja e Romanização: a implantação da Diocese na Paraíba 1894/1910*. 1994. 382 p. Tese (Doutorado em História). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.
- ⁵ Entrevista concedida a Mauro Passos em 29/04/2001. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/ehosudeste/templates/htm/vii encontro/textosIntegra/MauroPassos.pdf>>. Acesso em: 21 de maio de 2009.
- ⁶ AEPB. Fundo Chancelaria / Série: Documentação dos Bispos / Sub-série: Pronunciamentos / (C: f/5 (390) Arquivo pasta 31).
- ⁷ Ibidem.
- ⁸ Ibidem.
- ⁹ Ibidem.
- ¹⁰ Ibidem.
- ¹¹ Ibidem.

Referencias Bibliográficas

1 - Fontes Documentais

a) Homilia:

Missa dos Quilombos; In: AEPB. Fundo Chancelaria / Série: Documentação dos Bispos / Sub-série: Pronunciamentos / (C: f/5 (268) Arquivo 1, pasta 24).

b) Prefácio/ Livro

Afirmção da Negritude prefácio ao livro do II Encontro de Padres, Religiosos, Religiosas e Seminaristas Negros; In: AEPB. Fundo Chancelaria / Série: Documentação dos Bispos / Sub-série: Pronunciamentos / (C: f/5 (390) Arquivo 1, pasta 24).

PIRES, José Maria. *Do centro para a margem*. João Pessoa: Acauã, 1978.

2 – Bibliografia

BAPTISTA, Karina Cunha. *O Diálogo dos Tempos: memória da escravidão, história e identidade racial entre os afro-brasileiros*. 2002. 67 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense.

CARVALHAL, Juliana Pinto. *Maurice Halbwachs e a questão da Memória*. Espaço acadêmico, Rio de Janeiro, nº 56, Jan./2006.

DIAS, Roberto Barros. *Deus e a Pátria: Igreja e estado no processo de Romanização na Paraíba (1894-1930)*. 2008. 207 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. *Igreja e Romanização: a implantação da Diocese na Paraíba 1894/1910*. 1994. 382 p. Tese (Doutorado em História). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 13-41. (Coleção Trajetória).

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

MACHADO, Cristina Gomes. *Multiculturalismo: muito além da riqueza e da diferença*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 17-56.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989. 14

SILVA, René Marc da C. (Org.). *Cultura Popular e Educação – Salto para o Futuro*. Brasília: Ministério da Educação/SEED/TV Escola/Salto para o Futuro, 2008, p. 241-246.

TOMAZ, Laycer. *Da senzala à capela = From senzala to chapel*. Tradução de John Penney – Brasília: Editora Universitária de Brasília, 2000, p. 21-45.